



**Edição nº 578 - 12/03/2019**

(Período 26 de fevereiro a 12 de março de 2019)

## **1. PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**

### **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**Resolução nº 631/2019 - Presidência** - dispõe sobre as Tabelas de Custas e a Tabela de Porte de Remessa e Retorno dos Autos e dá outras providências.

**Portaria nº 40/2019 - Presidência** - dispensa o Juiz Federal RICARDO RACHID DE OLIVEIRA, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (14ª Vara Federal de Curitiba), da atuação como Juiz Auxiliar no Gabinete do Ministro Edson Fachin, a contar de 6 de março de 2019.

**Portaria nº 43/2019 - Presidência** – designar a Juíza Federal THAIS SAMPAIO DA SILVA, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (1ª Vara Federal de Curitiba), para atuar como Juíza Instrutora no Gabinete do Ministro Edson Fachin, a contar de 6 de março de 2019.

### **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Resolução nº 5/2019 – Presidência** - altera a **Resolução STJ/GP nº 6/2017**, que disciplina a concessão de férias aos servidores do Superior Tribunal de Justiça (*prevê que a servidora em licença-gestante ou o servidor em licença-paternidade tenha prioridade na marcação de férias em período imediatamente posterior à licença*) – **em anexo.**

**Resolução nº 6/2019 – Presidência** – altera a **Resolução STJ/GP nº 1/2017**, que regulamenta o exercício de função de confiança e de cargo em comissão no Superior Tribunal de Justiça (*prevê que haja, na medida do possível, proporcionalidade entre homens e mulheres na ocupação de funções comissionadas e cargos em comissão*) – **em anexo.**

**Instrução Normativa nº 6/2019 – Presidência** - regulamenta a concessão de bolsas de estágio remunerado no Superior Tribunal de Justiça – **em anexo.**

**Instrução Normativa nº 7/2019 – Presidência** - institui o Programa de Participação Institucional Feminina no Superior Tribunal de Justiça – **em anexo.**

## **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Portaria nº 148/2019 - Presidência** – institui grupo de trabalho incumbido de realizar estudos e apresentar propostas de aprimoramento de procedimentos e sistemas relativos à análise das prestações de contas eleitorais e partidárias.

**Portaria nº 176/2019 - Presidência** - designa o Juiz Federal Sandro Nunes Vieira, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (1ª Vara Federal de Mafra/SC), para exercer as funções de Juiz Auxiliar no Gabinete do Ministro Luís Roberto Barroso, a partir de 12 de março de 2019.

## **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Portaria nº 38/2019 – Presidência – republicação** - designa membros para integrar o Comitê Nacional de Precatórios – Fonaprec – **em anexo.**

**Portaria nº 40/2019 – Presidência** – inclui incisos XVI e XVII ao art. 2º da **Portaria nº 162, de 19 de dezembro de 2018**, que institui Grupo de Trabalho para contribuir com modernização e efetividade da atuação do Poder Judiciário nos processos de recuperação judicial e de falência – **em anexo.**

**Portaria nº 41/2019 – Presidência** – altera o art. 5º da **Portaria CNJ nº 310, de 14 de julho de 2008** *(a alteração estabelece que, excepcionalmente, o Conselho Nacional de Justiça poderá, independentemente da ocupação de cargo em comissão ou de função de confiança, receber servidor cedido de outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que o ônus da respectiva remuneração seja do órgão ou entidade cedente)* – **em anexo.**

**Portaria nº 9/2019 – Corregedoria Nacional** – define a composição do Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação dos Serviços Extrajudiciais – COGETISE – **em anexo.**

**Edital nº 1/2019 – Secretaria de Gestão de Pessoas** - torna público que realizará o Concurso de Desenvolvimento de Identidade Visual do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, na forma do Regulamento a seguir, com as regras e condições para participação e premiação – **em anexo.**

**Recomendação nº 29/2019 - Corregedoria Nacional - republicação** – *(clique em visualizar – pág. 10)* - recomenda a todos os magistrados brasileiros, exceto aos ministros do STF, que se abstenham de exercer funções, ainda que de caráter honorífico e sem remuneração, em quaisquer órgãos ligados às federações,

confederações ou outras entidades desportivas, inclusive a Conmebol, sob pena de violação dos deveres funcionais ([CF/88](#), art. 95, parágrafo único, I; [LOMAN](#), art. 26, II, “a”, e 36, II) - *Republicada sem alteração de texto por força da decisão proferida no Pedido de Providências nº 0000753-20.2019.2.00.0000.*

**[Recomendação nº 30/2019 - Corregedoria Nacional - republicação –](#)** *(clique em visualizar – pág. 10)* - recomenda a todos os Tribunais de Justiça dos Estados e Distrito Federal que não efetuem o pagamento de abono de férias aos magistrados em valor superior a 1/3 do salário, ainda que com fundamento em lei estadual - *Republicada sem alteração de texto por força da decisão proferida no pedido de Providências nº 0000751-50.2019.2.00.0000.*

**[Recomendação nº 31/2019 - Corregedoria Nacional - republicação –](#)** *(clique em visualizar – pág. 11)* - recomenda a todos os Tribunais do país que abstenham-se de efetuar pagamento a magistrados e servidores de valores a título de auxílio-moradia, auxílio-transporte, auxílio-alimentação ou qualquer outra verba que venha a ser instituída ou majorada, ou mesmo relativa a valores atrasados, e ainda que com respaldo em lei estadual, sem que seja previamente autorizado pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme preceitua o [Provimento CN-CNJ 64/2017](#) - *Republicada sem alteração de texto.*

**[Recomendação nº 32/2019 - Corregedoria Nacional - republicação –](#)** *(clique em visualizar – pág. 12)* - recomenda a todos os Tribunais de Justiça dos Estados do país que apresentem ao Conselho Nacional de Justiça os anteprojetos de lei de criação de cargos de juízes, desembargadores e servidores, cargos em comissão, funções comissionadas e unidades judiciárias do Poder Judiciário Estadual para a emissão de parecer - *Republicada sem alteração de texto por força da decisão proferida no pedido de Providências nº 0000749-80.2019.2.00.0000.*

**[Recomendação nº 33/2019 - Corregedoria Nacional - republicação –](#)** *(clique em visualizar – pág. 13)* - recomenda a todos os Tribunais de Justiça dos Estados do país que, na elaboração da lista tríplice para compor os Tribunais Regionais Eleitorais, se abstenham de nela incluir advogado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Tribunal de Justiça ou do Tribunal Regional Eleitoral respectivo - *Republicada sem alteração de texto por força da decisão proferida no pedido de Providências nº 0000752-35.2019.2.00.0000.*

**[Recomendação nº 34/2019 - Corregedoria Nacional - republicação –](#)** *(clique em visualizar – pág. 13)* - recomenda a todos os membros dos Tribunais de Justiça dos Estados, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho do país, que tenham cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, cujo nome figure nas listas para a escolha de seus integrantes oriundos das vagas destinadas ao quinto constitucional da OAB e do Ministério Público, que se abstenham de participar da sessão e de votar - *Republicada com alteração de texto por força da decisão proferida no pedido de Providências nº 0000754-05.2019.2.00.0000.*

**Recomendação nº 35/2019 - Corregedoria Nacional - republicação** – *(clicar em visualizar – pág. 14)* - recomenda a todos os magistrados brasileiros, exceto aos ministros do STF, que se abstenham de exercer funções, ainda que de caráter honorífico, consultivo e sem remuneração, em conselhos, comitês, comissões ou assemelhados, de natureza política ou de gestão administrativa de serviços vinculados a Poder ou órgãos estranhos ao Poder Judiciário - *Republicada com alteração de texto por força da decisão proferida no pedido de Providências nº 0000757-57.2019.2.00.0000.*

**Chamamento de Artigos de 2019 - Revista CNJ – Submissão de Artigos** - O Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica e o Editor da Revista CNJ, no uso de suas atribuições, convocam membros da comunidade acadêmica e pesquisadores para participação de seleção e publicação de artigos na Revista CNJ, na temática Poder Judiciário: eficiência, transparência e responsabilidade – **em anexo.**

## **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**

**Ata da Sessão Ordinária** - realizada no dia 17 de dezembro de 2018, no edifício-sede do Conselho da Justiça Federal, em Brasília.

**Certidões de Julgamento** – da sessão realizada em 25/02/2019, na Sede do CJF, em Brasília/DF.

**Resolução nº 523/2019 - Presidência** - dispõe sobre o planejamento, a execução, o acompanhamento e a fiscalização das obras e aquisição de imóveis, bem como sobre os critérios de priorização para inclusão de ações orçamentárias nos planos de obras regionais e consolidado do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus – **em anexo.**

**Resolução nº 524/2019 - Presidência** – dispõe sobre a alteração da **Resolução nº 305, de 7 de outubro de 2014** *(veda a expedição de requisitório - precatório/RPV - para pagamento de honorários a profissionais abrangidos por esta Resolução)* – **em anexo.**

**Resolução nº 526/2019 - Presidência** – dispõe sobre a utilização de veículo blindado por magistrado em situação de risco pessoal ou familiar, definindo veículo de segurança e sua utilização, e dá outras disposições – **em anexo.**

**Resolução nº 528/2019 - Presidência** – dispõe sobre a alteração e a inclusão de dispositivos da **Resolução CJF nº 3, de 10 de março de 2008** *(trata da carteira de identidade funcional do servidor da Justiça Federal – Leia mais em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/noticias/2019/03-marco/documento-de-identificacao-do-servidor-da-justica-federal-passa-a-se-chamar-201ccarteira-de-identidade-funcional201d>)* – **em anexo.**

**Instrução Normativa nº 1/2019 - Presidência** – dispõe sobre o pagamento de diárias e do adicional de deslocamento a magistrados e servidores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, por viagens no território nacional – **em anexo.**

**Provimento nº 3/2019 - Corregedoria-Geral** - dispõe sobre o cancelamento de depósito de precatórios e RPVs, nos termos do art. 2º da [Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017](#), nos casos em que há ordem judicial de bloqueio para sua liberação – **em anexo**.

**Súmula nº 86/2019 - Turma Nacional de uniformização dos JEFs** – *Não cabe incidente de uniformização que tenha como objeto principal questão controvertida de natureza constitucional que ainda não tenha sido definida pelo Supremo Tribunal Federal em sua jurisprudência dominante.*

**Súmula nº 87/2019 - Turma Nacional de uniformização dos JEFs** – *A eficácia do EPI não obsta o reconhecimento de atividade especial exercida antes de 03/12/1998, data de início da vigência da [MP nº 1.729/1998](#), convertida na [Lei nº 9.732/1998](#).*

## **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**Resolução nº 14/2019 – Presidência** - desloca a Seção de Execução Penal de Catanduvas da estrutura organizacional da Direção do Foro da SJPR para a 12ª Vara Federal de Curitiba – **em anexo**.

**Resolução nº 15/2019 – Presidência** – dispõe sobre alterações na [Resolução nº 17, de 26/03/2010](#), acerca do processo judicial eletrônico (eproc), quanto às citações, intimações e notificações, revogando a [Resolução nº 90, de 05/10/2018](#), e a [Resolução nº 106, de 07/12/2018](#) – **em anexo**.

**Portaria nº 232/2019 - Presidência** - altera a constituição do Comitê Local de Atenção Integral à Saúde da Justiça Federal da 4ª Região – **em anexo**.

**Edital – Presidência** - torna pública a abertura de Concurso de Remoção Interna de **Juiz Federal**, pelo critério de antiguidade, sendo disponibilizada 1 (uma) vaga na 1ª Vara Federal de São Miguel do Oeste/SC – **em anexo**.

## **JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ**

**Portaria nº 291/2019 – Central de Mandados da Subseção Judiciária de Ponta Grossa** – limita provisoriamente a aplicação do §3º do artigo 228 do [Provimento nº 62/2017](#), determinando o cumprimento de mandados de natureza executiva pelos Oficiais de Justiça da Subseção Judiciária de Ponta Grossa somente nos municípios de Carambeí, Ponta Grossa, Sengés e Jaguariaíva, os dois últimos pertencentes a Unidade Avançada de Atendimento – **em anexo**.

## 2. PODER LEGISLATIVO DA UNIÃO

[Lei nº 13.810/2019](#) - dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a [Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015](#).

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 6/2019](#) - faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a [Medida Provisória nº 859, de 26 de novembro de 2018](#), publicada e retificada no Diário Oficial da União no dia 27, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para viabilizar a aplicação de recursos do Fundo em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

## 3. MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

[Portaria nº 24/2019 - Escola Superior do Ministério Público da União](#) - aloca cargos em comissão e funções, criados pela [Lei nº 13.032, de 24 de setembro de 2014](#), na Estrutura da Escola Superior e estabelece a estrutura organizacional da Escola Superior do Ministério Público da União.

## 4. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

[Portaria nº 1.000/2019 - Corregedoria-Geral](#) - institui Segunda Versão do Programa de Fortalecimento da Atividade Correcional na Administração Pública.

## 5. PODER EXECUTIVO FEDERAL

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

[Decreto nº 9.711/2019 - retificação](#) - dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019 e dá outras providências.

[Decreto nº 9.715/2019](#) – altera o [Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000](#), que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.



**Decreto nº 9.716/2019** – revoga dispositivos do **Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019**, que altera o **Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012**, que regulamenta a **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação**.

**Decreto nº 9.717/2019** – autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem, no Estado de Rondônia, para a proteção do perímetro de segurança da penitenciária federal em Porto Velho.

**Decreto nº 9.718/2019** – altera o Regulamento da Ordem de Rio Branco, aprovado pelo **Decreto nº 66.434, de 10 de abril de 1970**.

**Decreto nº 9.719/2019** – altera o **Decreto nº 9.052, de 15 de maio de 2017**, para prorrogar parcialmente o prazo de remanejamento de cargos em comissão alocados às atividade de inventariança do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

**Decreto nº 9.720/2019** - altera o **Decreto nº 9.493, de 5 de setembro de 2018**, que aprova o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados.

**Decreto nº 9.721/2019** - autoriza a nomeação de candidatos aprovados no concurso público para os cargos do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública destinados ao Departamento Penitenciário Nacional.

**Decreto nº 9.722/2019** - revoga dispositivos do **Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007**, que institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências.

**Decreto nº 9.723/2019** – altera o **Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017**, o **Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016**, e o **Decreto nº 9.492, de 5 setembro de 2018**, para instituir o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo da apresentação de outros documentos do cidadão no exercício de obrigações e direitos ou na obtenção de benefícios e regulamentar dispositivos da **Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017**.

**Medida Provisória nº 873/2019** - altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**, para dispor sobre a contribuição sindical, e revoga dispositivo da **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990** (*estabelece a autorização expressa do empregado para desconto de contribuições sindicais; estabelece o recolhimento exclusivamente via boleto bancário e, no caso de servidores públicos, veda o desconto em folha do valor das mensalidades e contribuições definidas em assembléia geral da categoria*).

**Portaria nº 54/2019 - Casa Civil** - aprova o Plano Orçamentário do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro.

**Portaria nº 180/2019 - Advocacia-Geral da União** - dispõe sobre a criação de Força-Tarefa no âmbito da Advocacia-Geral da União para a atuação nas demandas judiciais sobre a **PEC nº 06/2019**, que modifica o sistema de previdência social (*Força-Tarefa de Defesa da Reforma da Previdência*).

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

[Instrução Normativa nº 4/2019 - Gabinete da Ministra](#) – altera a [Instrução Normativa MPA nº 4, de 4 de fevereiro de 2015](#) *(que trata da sanidade de Animais aquáticos de cultivo)*.

## MINISTÉRIO DA CIDADANIA

[Portaria nº 431/2019 - Gabinete do Ministro](#) - dispõe sobre a adesão do estado ao Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.

[Resolução nº 1/2019 - Secretaria Especial de Assistência Social](#) – pactua os critérios de partilha para o financiamento federal do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS para os estados e Distrito Federal.

## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

[Portaria nº 888/2019 - Gabinete do Ministro](#) - institui o Programa de Apresentação de Unidades de Dessalinização e Purificação de Águas Salobras e Salinas para Teste e Análise de Desempenho.

[Resolução nº 239/2019 - Comissão Nacional de Energia Nuclear](#) - dispõe sobre a regulamentação da metodologia de cálculo para Ressarcimento dos Custos Indiretos (RCI) ao Instituto de Engenharia Nuclear (IEN), da Comissão Nacional de Energia Nuclear, constantes dos planos de trabalho dos projetos e programas financiados com recursos provenientes de empresas petrolíferas.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

[Portaria nº 76/2019 - Gabinete do Ministro](#) - regulamenta o artigo 6º da [Lei Complementar nº 160/2017](#) *(trata da concessão ou manutenção das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais aos Estados)* e estabelece critérios para a verificação do cumprimento das condições estabelecidas na [Lei Complementar nº 24/1975](#) *(sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias)*.

[Portaria Interministerial nº 77/2019 - Gabinete do Ministro](#) – dispõe sobre a execução das programações incluídas ou acrescidas por Emendas de Bancada Estadual de Execução Obrigatória.

[Portaria Interministerial nº 78/2019 - Gabinete do Ministro](#) – dispõe sobre procedimentos e prazos para operacionalização das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória, bem como sobre procedimentos e prazos para a superação de impedimentos de ordem técnica, em atendimento ao disposto no art. 166, §§ 9º a 18, da [Constituição Federal](#).



**Portaria Conjunta nº 1/2019 - INSS** - institui Grupo de Trabalho para discussão e proposição de regulamentação dos arts. 38-A e 38-B da **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991** (Art. 38-A - *O Ministério da Economia manterá sistema de cadastro dos segurados especiais no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, observado o disposto nos § 4º e § 5º do art. 17, e poderá firmar acordo de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com outros órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal para a manutenção e a gestão do sistema de cadastro; Art. 38-B - O INSS utilizará as informações constantes do cadastro de que trata o art. 38-A para fins de comprovação do exercício da atividade e da condição do segurado especial e do respectivo grupo familiar).*

**Portaria nº 9/2019 - Delegacia da Receita Federal/Alfândega do Porto de Paranaguá** - estabelece procedimentos a serem observados no Despacho Simplificado de Importação, DSI.

**Resolução nº 676/2019 - INSS** - antecipa o cronograma de pagamento dos benefícios de prestação continuada previdenciária e assistencial aos beneficiários domiciliados no Município de Brumadinho, no Estado de Minas Gerais, bem como o valor correspondente a uma renda mensal do benefício devido, excetuados os temporários, mediante opção dos beneficiários.

**Resolução nº 824/2019 - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat)** - dispõe sobre o funcionamento de unidades de atendimento do SINE durante a transição da modalidade de convênios para a de transferência automática entre fundos do trabalho, de que trata a **Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018**, para execução das ações e serviços disponíveis na Rede do Sistema Nacional de Emprego - SINE.

**Instrução Normativa nº 1/2019 - Gabinete do Ministro** - estabelece regras, diretrizes e parâmetros para aplicação do procedimento informatizado de análise de prestações de contas dos convênios e contratos de repasses, enviadas a partir de 1º de setembro de 2018.

**Instrução Normativa nº 55/2019 - Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital** - altera o Manual de Registro de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, aprovado pela **Instrução Normativa DREI nº 38, de 2 de março de 2017**.

**Solução de Consulta nº 51/2019 - Secretaria da Receita Federal/Subsecretaria de Tributação e Contencioso** - Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física – IRPF. *São isentos de imposto sobre a renda os proventos de aposentadoria ou pensão recebidos por portador de doença grave especificada em lei, quais sejam: tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em laudo expedido por serviço médico público de saúde. Os valores pagos a título de pensão são isentos a partir de quando a alienação mental foi diagnosticada, conforme laudo. Os valores pagos à pensionista, que não forem efetuados a título de pensão serão*

*tributados na fonte e/ ou na declaração de Ajuste Anual, conforme a natureza dos respectivos rendimentos. Os valores referentes à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) pagos ao cônjuge supérstite depois de finalizada a partilha, não se enquadram como herança. Tais valores devem seguir as regras de tributação próprias decorrentes da natureza de tais rendimentos.*

**Solução de Consulta nº 61/2019 - Secretaria da Receita Federal/Subsecretaria de Tributação e Contencioso** – Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. Construção Imobiliária. Venda de unidades habitacionais prontas. Pagamento unificado de tributos no âmbito do programa minha casa, minha vida (PMCMV). Dispensa de incorporação imobiliária e de constituição de patrimônio de afetação. *A empresa que constrói unidades habitacionais para vendê-las prontas no pelo valor de até cem mil reais, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), pode optar pelo pagamento unificado de tributos com alíquota reduzida de 1% (um por cento) da receita mensal, auferida pelo contrato de alienação, sendo dispensável a realização da incorporação imobiliária e a constituição do patrimônio de afetação. O direito ao referido pagamento unificado de tributos aplicável à empresa que construa unidades habitacionais para vendê-las prontas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) se expirou em 31 de dezembro de 2018.*

**Solução de Consulta nº 64/2019 - Secretaria da Receita Federal/Subsecretaria de Tributação e Contencioso** – Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins. Licitação pública. Maior desconto. Receita bruta. Preço contratado. Preço da prestação de serviços. *Em licitações públicas, o maior desconto constitui um critério de julgamento decorrente do tipo de licitação menor preço. Quem oferece o maior desconto é considerado o vencedor do certame. O preço da prestação de serviços em geral corresponde ao preço contratado entre a Administração Pública e o licitante vencedor. A receita bruta compreende, entre outros elementos, o preço da prestação de serviços em geral. Como o preço da prestação de serviços equivale ao preço contratado, não há como se subsumir o desconto concedido pelo particular, mediante oferecimento de vantajosa proposta em processo licitatório, ao conceito de desconto incondicional, uma vez que aquele desconto não integra a receita bruta auferida pelo prestador de serviços.*

## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**Portaria nº 554/2019 - Gabinete do Ministro** - dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

## **MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA**

**Portaria nº 449/2019 - Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos - republicação** - estabelece os modelos de apresentação, critérios de definição dos horários de coleta e quantitativos mensais que deverão ser

aplicados pelas Concessionárias de Serviço Público de Infraestrutura Aeroportuária para a realização da aferição dos Indicadores de Qualidade de Serviço – IQS.

**[Resolução nº 771/2019 - Conselho Nacional de Trânsito \(Contran\)](#)** – estabelece o tema, a mensagem e o cronograma da campanha educativa de trânsito a ser realizada de maio de 2019 a abril de 2020.

**[Resolução nº 772/2019 - Conselho Nacional de Trânsito \(Contran\)](#)** – revoga a **[Resolução CONTRAN nº 706, de 25 de outubro de 2017](#)**, que dispõe sobre a padronização dos procedimentos administrativos na lavratura de auto de infração, na expedição de notificação de autuação e de notificação de penalidades por infrações de responsabilidade de pedestres e de ciclistas, expressamente mencionadas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e dá outras providências.

## **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

**[Portaria nº 178/2019 - Gabinete do Ministro](#)** - dispõe sobre a elaboração e a tramitação de propostas de atos normativos em sentido estrito no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública e seu acompanhamento no Congresso Nacional.

**[Portaria nº 197/2019 - Gabinete do Ministro](#)** - estabelece procedimentos para a tramitação de requerimentos de autorização de residência, registro e emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório para a criança ou o adolescente nacional de outro país ou apátrida, desacompanhado ou separado, que se encontre em ponto de controle migratório nas fronteiras brasileiras ou no território nacional.

**[Portaria nº 114/2019 - Departamento Penitenciário Nacional](#)** - cria a Revista Brasileira de Execução Penal no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional.

**[Portaria nº 34.383/2019 - Departamento de Polícia Federal/Coordenação de Controle de Serviços e Produtos](#)** - estabelece normas e procedimentos para utilização de elemento adicional de segurança (injetor de poliuretano) no interior de veículos especiais e bases das empresas de transporte de valores.

## **MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS**

**[Resolução nº 1/2019 - Secretaria Nacional de Proteção Global](#)** - aprova o Relatório da Missão Emergencial a Brumadinho (MG) após rompimento da Barragem da Vale S/A, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.  
**[Íntegra do relatório](#)**

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

[Portaria nº 263/2019 - Secretaria de Atenção à Saúde](#) - atualiza os procedimentos radioterápicos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS).

[Portaria nº 11/2019 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos](#) – torna pública a decisão de não incorporar as insulinas análogas de ação prolongada para o tratamento de diabetes *mellitus* tipo II, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

[Portaria nº 13/2019 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos](#) – torna pública a decisão de excluir o medicamento simprevir para o tratamento da hepatite C, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

[Portaria nº 14/2019 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos](#) - torna pública a decisão de incorporar a vacina pneumocócica conjugada 13-valente contra doenças pneumocócicas em pacientes de risco, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

[Resolução RDC nº 270/2019 - Anvisa](#) – dispõe sobre a migração do regime de cadastro para o regime de notificação dos dispositivos médicos de classe de risco I.

[Consulta Pública nº 613/2019 - Anvisa](#) – estabelece o prazo de 90 (noventa) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da Proposta de Resolução de Diretoria Colegiada que dispõe sobre a manutenção do ingrediente ativo Glifosato em produtos agrotóxicos no País e sobre as medidas decorrentes de sua reavaliação toxicológica.

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

[Programa Executivo](#) - entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, fundamentado no acordo básico de assistência técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas agências especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), para a implementação do projeto "avaliação das necessidades tecnológicas para a implementação de planos de ação climática no Brasil".

## MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

[Resolução nº 773/2019 - Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis \(ANP\)](#) - estabelece os critérios e o preço público para a realização de análises físico-químicas de combustíveis, lubrificantes e graxas pelo Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT) da ANP em amostras contraprova e testemunha.

## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

[Instrução Normativa nº 6/2019 - Gabinete do Ministro](#) - dá nova redação à [Instrução Normativa nº 40, de 28 de dezembro de 2018](#), do Ministério das Cidades, que dispõe sobre a alocação dos recursos do Orçamento Financeiro e Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referentes, respectivamente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, e à [Instrução Normativa nº 42, de 28 de dezembro de 2018](#), que regulamenta o Programa Carta de Crédito Individual, para o exercício de 2019, e dá outras providências.

[Instrução Normativa nº 7/2019 - Gabinete do Ministro](#) - regulamenta, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional, o processo de realização de audiências públicas e consulta pública referentes à proposta de revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab).

## MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

[Portaria nº 59/2019 - ICMBio](#) - aprova o Plano de manejo da Floresta Nacional de Assungui, localizada no Estado do Paraná.

[Instrução Normativa nº 8/2019 - Ibama](#) - estabelece os procedimentos administrativos no âmbito do Ibama para a delegação de licenciamento ambiental de competência federal para Órgão Estadual de Meio Ambiente - OEMA ou Órgão Municipal de Meio Ambiente – OMMA.

[Instrução Normativa nº 9/2019 - Ibama](#) - estabelece critérios e procedimentos para anuência prévia à supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração na área de aplicação da [Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006](#), bem como para o monitoramento e avaliação do cumprimento das condicionantes técnicas expressas na anuência, nos termos da citada Lei e do [Decreto Federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008](#).

## 6. CONSELHOS PROFISSIONAIS FEDERAIS

### CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

[Resolução nº 2.228/2019](#) - revoga a [Resolução CFM nº 2.227/2019](#), a qual define e disciplina a telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias, e restabelece expressamente a vigência da [Resolução CFM nº 1.643/2002](#).

### CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARANÁ

[Decisão nº 53/2019](#) - revoga a [Decisão nº 143/2017](#) e estabelece novas condições para parcelamento dos débitos de 2019 e de anos anteriores, no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná.

[Voltar ao topo](#)